

FAT4

Processo nº

10580.009052/92-86

Recurso nº

116.386

Matéria

IRPJ e OUTROS - Exs.: 1987 e 1988

Recorrente

CÓRSICO BAHIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Recorrida

DRJ em SALVADOR-BA

Sessão de

15 de Maio de 1998

Acórdão nº

107-05.046

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS. É necessário que o contribuinte instrua a impugnação com documentos hábeis e idôneos que comprovem o erro praticado pelo fisco. O simples demonstrativo elaborado, sem apensar as cópias das notas fiscais que deram origem aos números apontados nos levantamentos apresentados não são suficientes para elidir o lançamento.

Recurso Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CÓRSICO BAHIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

FRANCISCO DE SALES RIBEÍRO DE QUEIROZ

PRESIDENTE

MARIA DO CARNOS CARES RODRIGUES DE CARVALHO

RELATORA

FORMALIZADO EM:

08 JUN 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ, NATANAEL MARTINS, PAULO ROBERTO CORTEZ, EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES e CARLOS ALBERTO GONCALVES NUNES.



PROCESSO Nº.

: 10580-009052/92-86

ACÓRDÃO №.

: 107-05.046

RECURSO Nº.

: 116.386

RECORRENTE

: CÓRSICO BAHIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

## RELATÓRIO

CÓRSICO BAHIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., empresa já qualificada nos autos do presente processo, recorre a este Egrégio Conselho de Contribuintes da decisão de primeira instância — prolatada pelo sr. Delegado da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador — BA., que julgou parcialmente procedente a peça básica acostada às fls. 03 e seus reflexos.

Refere-se a lançamento de ofício decorrente de a fiscalização ter apurado omissão de receita, caracterizada pela venda de mercadorias sem a respectiva emissão de notas fiscais, apurada mediante o levantamento quantitativo do estoque de mercadorias conforme demonstrado no quadro constante às fls. 05 dos autos.

Cientificado, o contribuinte apresentou impugnação tempestiva ressaltando a discordância do levantamento efetuado pelo fisco. Alega que o Fisco não considerou as notas fiscais sérieD-1 de saídas de mercadorias da loja 003, relativas ao período de 16.11 a 31.12.87 e que, diante das falhas apontadas, nada mais lhe resta senão solicitar um novo levantamento em seus apontamentos contábeis para provar o erro cometido pelo fisco. Reconhece as diferenças apontadas na letra c de sua impugnação contestando os demais valores por considerá-los improcedentes.

A informação fiscal — documento de fls. 18— opina pelo indeferimento da solicitação de nova verificação na escrita contábil, salvo no que diz respeito às notas fiscais emitidas pela filial 003 no período que menciona, alegando que o levantamento efetuado traduz a realidade dos fatos, não cabendo outras considerações a respeito da matéria.

Verificando a divergência apontada pelo contribuinte na impugnação interposta, o Chefe do SESIT da DRF de Salvador propõe diligência para que se proceda novo levantamento incluindo-se as notas fiscais série D1, relativas à filial 003, no período de 16/11 a 31/12/87,



PROCESSO Nº.

: 10580-009052/92-86

ACÓRDÃO Nº. : 107-05.046

Consta informações às fls. 19, que a esta empresa encerrou suas atividades naquela, capital ocasião em que o contador devolveu toda a documentação contábil e fiscal, razão pela qual a diligência não foi levada a termo.

Decidindo a lide a autoridade "a quo" entendeu ser parcialmente procedente o lançamento. Considerou os valores referentes às saídas da filial 003 e ajustou o lapso cometido pelo Auditor Fiscal ocorrido quando da lavratura do auto de infração.

Cientificado desta decisão, apresentou recurso voluntário a este Egrégio Conselho de Contribuintes, perseverando nas razões impugnativas.

É o Relatório.

PROCESSO N°.

: 10580-009052/92-86

ACÓRDÃO Nº.

: 107-05.046

## VOTO

## CONSELHEIRA - MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO - Relatora

O recurso preenche os requisitos legais, portanto deve ser conhecido.

Sem mais delongas.

É defeso ao contribuinte impugnar o auto de infração. Porém, quando o faz, deve ater-se aos fundamentos de direito, quando existentes e, quanto ao mérito, deve apresentar os documentos que comprovam o erro em que se fundamenta.

No presente caso o contribuinte alega que não concorda com o levantamento efetuado pela fiscalização; que houve erro por parte do fisco e apresenta outro demonstrativo que diz ser elaborado extraindo-se os dados de 'nota por nota' emitida pela empresa. Esclarece-se por oportuno que não apresentou as cópias das notas fiscais que embasaram os argumentos do documento impugnativo.

Tendo em vista a impossibilidade de o fisco elaborar a diligência solicitada na impugnação — face ao encerramento das atividades da filial e a devolução dos livros e documentos fiscais — a Autoridade de primeira instância corrigiu, de pronto, os lapsos ocorridos no lançamento e consignou procedente em parte a impugnação, fundamentada nos termos do inciso II do artigo 112 do Código Tributário Nacional, levando-se em consideração os dados constantes das notas fiscais D1, relativas à filial 003, no período de 16/11/87 a 31/12/87, bem como corrigiu a diferença verticada no levantamento quantitativo de estoque elaborado pelo fiscal autuante.



PROCESSO N°. : 10580-009052/92-86

ACÓRDÃO Nº. : 107-05.046

Também fez consignar, em sua decisão, o ajuste aos lançamentos decorrentes.

Desta feita e, considerando correta a decisão recorrida, declino meu voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das sessões (DF), 15 de Maio de 1998.

CONSELHEIRA - MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO - Relatora